



**Sem título – Simone Peixoto, Instalação com xilogravuras sobre Tronco, fotografia de Lígia Minami**

## PARA UMA ANÁLISE FEMINISTA E DIALÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: O PESO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL SOBRE «MULHERES GLOBAIS»<sup>1</sup>

Towards a feminist and dialectic analysis of neoliberal globalization: the weight of the military-industrial complex on «global women»

Jules FALQUET (Universidade Paris Diderot-Paris VII, França, jules.falquet@univ-paris-diderot.fr)

**RESUMO:** *Uma verdadeira perspectiva de gênero implica analisar as situações das mulheres e dos homens dialeticamente, ao mesmo tempo que se tomam em conta as relações sociais de raça e classe, as quais se constroem e operam conjuntamente com as de sexo. Nesse sentido, analisa-se aqui como a globalização neoliberal cria um mercado laboral internacionalizado e informalizado, e suas consequências sobre as possibilidades de emprego para as mulheres e os homens desprivilegiad@s do planeta. Trata-se de colocar em evidência os vínculos entre o aumento das “mulheres de serviço” (trabalho de reprodução social em sentido amplo: trabalho doméstico para famílias ou empresas, trabalho sexual, trabalho procriativo e trabalho de cuidado); e o crescimento dos “homens de armas” (soldados, policiais, vigilantes, mercenários, membros de grupos criminosos, engenheiros da indústria armamentista ou da vigilância global) que se desenvolvem por causa do complexo militar-industrial e da feroz guerra neoliberal por recursos.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Complexo militar-industrial; Militarização; Globalização; Neoliberalismo; Feminismo; Gênero

**ABSTRACT:** *This article examines neoliberal globalization, especially labour market transformations, from a strong gender perspective — a perspective that means both a dialectic study of women and men's occupations, and developing an intersectional approach which weaves together sex, race and class relations. Firstly, the article presents the now classical analysis of global women (nannies, maids and sex workers) in the neoliberal world, suggesting that the growing numbers of global women, who are mainly migrant and unprivileged women of the world, can be characterized as "service women". Secondly, it studies the parallel growth of what I call "armed men", as a complementary trend of the labour market for men. The article suggests that men in arms are both creating and depending on service women, individually and collectively, as part of the military-industrial complex — and that this should be studied more thoroughly. Finally, I suggest that service women and armed men should be studied together, dialectically and historically, and constitute a new paradigm to study the transformation of the labour market caused by neoliberal globalization.*

---

<sup>1</sup> Uma versão em espanhol deste artigo foi publicada em: *Revista Internacional de Pensamiento Político* - I Época - Vol. 9 – 2014, p. 139 - 148. A versão corrigida que aqui se apresenta foi traduzida por Valéria Aroeira Garcia e revisada pela autora.

**KEYWORDS:** Industrial-military complex; Militarization; Globalization; Neoliberalism; Feminism; Gender

## Introdução

Muitas análises sobre a globalização atualmente continuam marcadas por um profundo viés androcêntrico. Ou seja, são focadas nos seres humanos de sexo masculino, seus interesses e as relações que estabelecem entre si (Mathieu, 1991). Por sorte, desde os anos noventa, várias pesquisas feministas em sociologia, sociologia do trabalho, ciências políticas, geografia e economia, entre outras disciplinas, têm conseguido propor perspectivas alternativas a este respeito. Vou apresentar aqui algumas dessas reflexões tomando como fio condutor as transformações da atividade econômica em uma perspectiva global.

Como se sabe, historicamente, o primeiro reflexo das ciências sociais diante do androcentrismo tem sido "acrescentar mulheres" nas análises. No entanto, como veremos em seguida, existem ambivalências tanto na incorporação das mulheres no mercado de trabalho, como no tipo de atividades que a mundialização reserva majoritariamente às mulheres não privilegiadas do planeta[2]<sup>2</sup> - vinculadas principalmente às atividades "de serviço" -. Uma vez que uma verdadeira perspectiva de gênero deve pensar em conjunto e dialeticamente os dois termos que compõem as relações sociais de sexo (ou seja, homens e mulheres em sua mútua e desigual relação, considerando uma abordagem estrutural), na sequência, apresentarei algumas análises que, mesmo que pareçam distantes do assunto, são em realidade precisas para compreender a mundialização: trata-se de análises que estão focados na guerra, no militarismo e nas diferentes manifestações do que eu tenho chamado de "homens em armas".

### 1. As “Mulheres de serviços”, novas “Mulheres globais”:

Desde o final dos anos 1980, teóricas feministas aprofundaram suas críticas em relação à separação arbitrária entre as atividades chamadas respectivamente como “produtivas” e “reprodutivas”, questionando profundamente a disciplina econômica e o “grande discurso” dominante na história do capitalismo. A alemã Maria Mies propõe reconsiderar o peso das relações patriarcais na acumulação em escala mundial (1986), enquanto a neozelandesa Marilyn Waring discute a própria lógica da contabilidade internacional, da medição do PIB e do crescimento (1988). No início dos anos 1990, a estadunidense Saskia Sassen é uma das primeiras a analisar o novo fenômeno da “globalização”, estudando as Global Cities onde casais que trabalham em tempo integral em atividades ligadas, por exemplo, às altas finanças - e, portanto, casais “sem esposa” -, “terceirizam” numerosas tarefas “reprodutivas” para uma força de trabalho barata composta principalmente por mulheres, frequentemente migrantes (1991).

#### 1. 1. A mundialização neoliberal: efeitos nocivos para as mulheres?

---

<sup>2</sup> A ideia de “não privilégio” se refere a uma posição de opressão nas relações sociais de sexo, e/ou “raça”, e/ou classe.

No final dos anos de 1990, numerosos estudos sobre o impacto dos planos de ajuste estrutural mostram que a crise econômica, o aumento do desemprego e o aprofundamento das desigualdades afetaram e empobreceram, particularmente as mulheres, tanto em termos absoluto como em relação aos homens (Hirata e Le Doaré, 1998; Wichterich, 1999; ATTAC, 2002; Bisilliat, 2003). Depois de ter mostrado como o Welfare State havia liberado parcialmente as mulheres do "patriarcado privado" (transformando-as em dependentes do que chamou "Patriarcado público"), a britânica Sylvia Walby (1990) enfatizou que o ajuste estrutural levou a uma refamiliarização de muitas tarefas e transformou as mulheres em dependentes de um novo "patriarcado privado", usando-as, sem escrúpulos, como "amortecedoras" da crise (1997).

Em uma perspectiva semelhante, uma equipe constituída em torno de Eleonore Kofmann (2001), também britânica, colocou em evidência que as transformações das políticas sociais na Europa têm sido acompanhadas por políticas migratórias mais ou menos oficiais de importação de mão de obra feminina de países do Sul global para realizar aquelas tarefas que o Estado abandona, enquanto muitos homens rejeitam obstinadamente realizá-las, e muitas mulheres não conseguem mais "reconciliá-las" com o resto de suas obrigações. Recordemos, nesse sentido, que os Acordos de Lisboa exigem que pelo menos 60% das mulheres da OCDE entrem no mercado de trabalho.

## **1. 2. O capitalismo neoliberal, um aliado das mulheres?**

Investigação após investigação, chega-se à seguinte constatação: tanto no Sul como no Norte globais, a mundialização tem empurrado muitas mulheres ao mercado de trabalho (Hirata & Le Doaré, 1998) - frequentemente devido à destruição de seus modos de existência anteriores. Algumas autoras analisam esta inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho como algo positivo, uma vez que consideram que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho assalariado lhes dá autonomia econômica, autonomia que é pensada a sua vez como a chave para a igualdade entre os sexos. A estadunidense Nancy Fraser (2013) recentemente sugeriu que há uma certa convergência de interesses entre uma parte do movimento feminista e o capitalismo: tanto o mercado sedento de mão de obra se mostra desprovido de preconceito patriarcal, como seu interesse, bem entendido, o leva a contratar preferencialmente mão de obra feminina cujo custo é barateado por estes mesmos preconceitos patriarcais.

No entanto, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho está longe de ser positiva. Efetivamente, o desmantelamento sistemático da legislação laboral as afeta especialmente e mais, levando-se em conta que a maioria já se concentrava em setores de atividades desvalorizadas e mal protegidas, uma vez que as reformas neoliberais precarizam e flexibilizam ainda mais suas situações laborais (Talahite, 2010). Ademais, as novas modalidades de trabalho requerem essas novas subjetividades laborais neoliberais já mencionadas, ou seja "qualidades tipicamente femininas" ("docilidade" e aceitação de contratos em tempo parcial e ao mesmo tempo infinitamente extensivo, assim como polivalência e implicação "total", sobre todo emocional), que produzem formas de servilismo normalizadas e generalizadas. Portanto, apenas uma pequena parte das mulheres ascende a "bons" empregos próximos aos padrões dos empregos masculinos e, assistimos, assim, a uma dualização crescente do emprego feminino (Sassen, 2010; Kergoat, 2012).

Portanto, as análises com perspectiva de gênero não podem prescindir de uma

análise simultânea em termos de classe e de “raça”, como o assinalarão pela primeira vez as feministas estadunidenses Negras do *Combahee River Collective*, em 1979. Eu mesma tratei de explicar, usando o conceito de “vasos comunicantes” (2014), que obter avanços “para as mulheres” não tem nenhum interesse se é realizado às custas de retrocessos na situação das pessoas proletárias e racializadas (das quais, ademais, 50% são mulheres). No entanto, esta parece ser a estratégia da OCDE: legitimar a mundialização pretendendo constituir um progresso em termos da igualdade entre os sexos.

### 1.3. “Novos” empregos femininos e migrações:

A começo do novo milênio, as estadunidenses Barbara Ehrenreich e Arlie Russel Hochschild põem em evidência três figuras da nova “mulher global”: as cuidadoras de crianças, as criadas e as trabalhadoras do sexo (2003). Se antes se tratava de migrantes “provincianas”, hoje em dia muitas são migrantes internacionais, com frequência “pós-coloniais” (Moujoud y Falquet, 2010). Cuidadoras de crianças, criadas, e também auxiliares de saúde para pessoas doentes e velhas (cada vez mais numerosas e menos atendidas pelos serviços públicos), têm se tornado essenciais nesse processo de verdadeira internacionalização da reprodução social. Frente ao que tem sido denominado como a “*crise del care* (cuidado)”, vemos desenvolver-se um amplo setor de investigação ao redor da ideia de que “todas e todos são vulneráveis” (Tronto, 2009 [1993]), ideia que nos propõe valorar mais, social e economicamente, as atividades ligadas aos cuidados das e dos demais, a modo de uma nova utopia societal.

No entanto, as investigações da estadunidense Nakano Glenn (2009 [1991]), que analisam como nos Estados Unidos historicamente certos setores sociais foram forçado a dispensar cuidados (as pessoas escravizadas, as mulheres, as mulheres escravizadas, e depois as mulheres racializadas<sup>3</sup> e as mulheres migrantes), abre uma perspectiva mais crua sobre as várias formas de coação que estão se desenvolvendo hoje em dia para obrigar a certas pessoas a cuidar das demais, e fazê-lo a um baixo preço. Dentre estas coações, as mais impactantes são as reformas legislativas extremadamente restritivas no âmbito laboral e migratório. Para a maioria das mulheres não privilegiadas, as opções migratórias e de “carreira” se reduzem a (1) seguir/reunir-se com /em encontrar rapidamente um marido (legal, documentado) ao chegar a região para onde emigram, a (2) inscrever-se em programas oficiais de importação-exportação de mão de obra de “serviços” ou a (3) integrar-se ao mercado do “trabalho sexual” para fazer frente aos custos exorbitantes que tiveram de pagar para sua migração ilegalizada. Eu mesmo sugeri conceitualizar este horizonte como aquele da “hetero-circulação das mulheres” (Falquet, 2012), prolongando o conceito de “contínuo do intercâmbio econômico-sexual” da italiana Paola Tabet (2004), que permite chamar a atenção sobre o profundo vínculo entre as atividades “nobres” do cuidado e as atividades “sulfurosas” no âmbito do sexo.

---

<sup>3</sup> Desde a perspectiva antinaturalista a que aderi firmemente, o conceito de racialização se refere a processos sociais e históricos por meio dos quais certas pessoas e grupos são criados como “diferentes” e “inferiores” com base em critérios somáticos e/ou culturais arbitrários (socialmente produzidos e/ou exacerbados) que são pensados como ligados a “raça”. Neste sentido, “raça” não se refere a algo natural nem biológico, mas é o resultado das relações sociais de raça, tanto o sexo como o gênero são resultados das relações sociais de sexo.

Em efeito, na maioria das investigações estas atividades aparecem separadas, apesar de que em parte são as mesmas mulheres quem as exercem sucessivamente (podem realizar uma atividade durante o dia e a outra a noite ou aos finais de semana), ou em diferentes períodos de sua vida (Moujoud, 2008). É por isso que propus reunir estas mulheres sob a categoria de “mulheres de serviços”, mostrando como seu crescimento corria em paralelo à multiplicação dos “homens em armas”[4]<sup>4</sup> e sugiro que o desenvolvimento dialético destas duas categorias constituam um dos paradigmas da globalização neoliberal (Falquet, 2006).

## **2. Os “homens em armas”, a guerra e o desenvolvimento neoliberal**

Centremo-nos agora nos “homens em armas”, isto é, soldados, mercenários, guerrilheiros ou terroristas, policiais, membros de gangues ou de organizações criminosas, vigilantes penitenciários ou guardas juramentados, entre outros, que estão exercendo no setor público, semipúblico, privado ou ilegal.

### **2.1. Um estado de guerra e de controle generalizado:**

Assim como na época da primeira mundialização que desembocou na Primeira Guerra Mundial, tão lucidamente analisada por Rosa Luxemburgo (1915), assistimos hoje a uma competição internacional, feroz e militarizada, para apoderar-se dos recursos, dos mercados e do controle das forças produtivas. A partir do 11 de setembro de 2001, o novo marco geral desta competição tornou-se a guerra antiterrorista dirigida pelas principais potências neoliberais contra diferentes países do Sul global. Globalmente, isso resultou em uma série de ‘guerras abertas’ em diferentes países do Oriente Médio, em ‘intervenções militar-humanitárias’ no continente africano (Federici, 2001), em uma ‘guerra contra a migração’ “ilegal” nos países da OCDE, e em uma ‘guerra contra as drogas’ no continente latinoamericano. Por todos os lados vemos desenvolver-se práticas e discursos securitários e de vigilância generalizada da população, como mostram as recentes revelações sobre a NSA (Agência Nacional de Seguridad de Estados Unidos).

Analisar desde uma perspectiva de gênero o controle securitário, a militarização e o estado de guerra generalizado que atualmente atravessamos, oferece resultados particularmente reveladores. Assim, se invocam cada vez mais os “direitos das mulheres” para justificar estas intervenções (Delphy, 2002; Eisenstein, 2010). No entanto, a violência contra as mulheres que provocam estas guerras é considerável, seja em forma de violência sexual, de deslocamento e/ou exílio forçado (frequentemente após violações sexuais massivas), e de maneira geral, de destruição do sistema econômico e social que empobrece drasticamente as mulheres, enquanto alguns homens enriquecem-se por meio da pilhagem e de tráficos diversos, na medida em que ascendem a espaços de poder como chefes político-militares de diferentes níveis. Também é notável a consolidação do complexo carcerário-industrial que emprega e encerra milhões de pessoas (Davis, 2014), assim como a multiplicação de campos destinados a conter a população migrante longe dos países que ela tenta alcançar.

---

<sup>4</sup> É evidente que há mulheres que agem como “homens de armas”, assim como podemos encontrar homens entre as “mulheres de serviços” (a causa da imbricação das relações sociais de poder e da não naturalidade dos sexos).

## **2.2. O(s) complexo(s) militar-industriai(s) e a militarização, chaves da economia neoliberal:**

Desde os anos oitenta tem aparecido duas linhas de análises feministas do militarismo global. Atenta a militarização das sociedades, a politóloga estadunidense Cynthia Enloe (1989, 2000) sinaliza os vínculos existentes entre a implantação de bases militares estadunidenses depois da segunda guerra mundial e o desenvolvimento da prostituição e do turismo sexual na Ásia –o que nos permite ressituar o crescimento do “trabalho sexual” em uma perspectiva histórica, frente aquelas pessoas que tendem a apresentá-lo como uma simples alternativa laboral “natural” e bem remunerada para as mulheres pobres–. Muitos Estados do Sul global que são incitados a fomentar o turismo e que vivem em grande parte do envio de dinheiro das e dos migrantes, se veem empurrados a fingir ignorância a este tipo de atividade tão lucrativa, enquanto lhes é aconselhado recuperar parte da fatia em impostos. Enloe permite também refletir sobre o peso econômico das indústrias culturais que legitimam a militarização colonialista, cuja ponta de lança segue sendo a indústria hollywoodense, como ilustra a caríssima e muito exitosa película Avatar, que termina glorificando a invasão «terrícola (ocidental)» de uma comunidade rural, com luxo de equipamento tecnológico-militar.

Por outro lado, retomando o conceito estadunidense de Complexo Militar-Industrial (CMI), a socióloga francesa Andréé Michel (2013 [1985]) realiza uma análise econômica e política integral do mesmo. Em primeiro lugar, mostra que a organização do trabalho nas indústrias armamentistas reforça a taylorização do trabalho e exacerba a divisão sexual (assim como a “racial” e social) do trabalho: para as mulheres proletárias do Sul global, os empregos precários na indústria maquiadora, entre outros na eletrônica; para os homens de classe média, os empregos de engenheiros, estáveis e bem remunerados, ou de programadores informáticos na Silicon Valley. Em segundo lugar, Michel recorda como uma parte considerável dos fundos públicos para a investigação é colocado a serviço do CMI, em detrimento de setores como a saúde ou a educação. Mais amplamente ainda, as contratações públicas que apoiam com vigor a indústria militar, assim como os soldos mensais dos militares, são outros tantos milhões que são subtraídos dos serviços públicos e do *Welfare State*, com as consequências acima mencionadas.

Michel também destaca como a venda de armas enriquece os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, enquanto que sua compra aprofunda a dívida dos países do Sul global –por exemplo, a dívida grega atual é resultado de sua carreira armamentista com a Turquia–. Este sistema alimenta a aparição de toda sorte de ditadores em potência que propagam retóricas nacionalistas ou étnicas de guerra, cujas primeiras afetadas são as mulheres. Por último, os CMI constroem sua legitimidade sobre o controle dos meios de comunicação e das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), que merecem uma análise econômica e política mais profunda: o que se passa por exemplo, com a propriedade dos meios de comunicação na França, sede de um dos CMI mais poderosos do planeta, ou com as inversões recentes do Google em empresas de alta tecnologia militar, ou com as da Amazon em aviões não tripulados (drones)?

## **2. 3. Reforço e evoluções dos grupos armados não estatais e ilegais:**

---

Finalmente, permanece em grande medida pendente às análises com perspectiva feminista dos novos atores produzidos por esta militarização neoliberal, assim como de seu peso econômico e político. Em primeiro lugar, é necessário uma análise das empresas legais (grandes e pequenas) que têm aparecido no âmbito da seguridade e das atividades mercenárias, e que apoiam e/ou protegem tanto aos exércitos regulares e as suas subcontratistas civis em países que se encontram claramente em guerra, como atores econômicos em países oficialmente em paz. Estas empresas tendem a integrar-se verticalmente, gerenciando toda a cadeia de atividades, podendo chegar a dedicar-se de forma simultânea à exploração mineira, à venda de armas e à organização de milícias (Deneault et Al, 2008). A sociedade Blackwater, rebatizada Academi depois dos escândalos que causou, esteve implicada no Iraque – e dispõe de bases militares próprias e de uma frota de vinte aviões– é o exemplo mais conhecido.

Os grupos ilegais ligados à economia clandestina também parecem ter-se consolidado. O caso do México é particularmente revelador: os modestos cartéis de droga dos anos oitenta se converteram em atores militares, mas também econômicos e políticos, incontornáveis, cujas atividades se estendem agora até a América Central e Oeste da África. O México ilustra também a evolução destes cartéis de drogas (comerciantes que vendem um produto) para as atividades mafiosas mais clássicas de venda de “proteção” (pessoas, bens e territórios) (Devineau, 2013). De forma simultânea, alguns diversificam suas atividades para o tráfico de armas, de pessoas, para a extorsão a migrantes e a prostituição. Estes atores estão cada vez mais integrados nas economias locais, nacionais e internacionais. No marco da “lavagem de dinheiro”, seria de extrema importância analisar o impacto econômico de suas importações-exportações de capitais e de suas inversões produtivas, suntuárias ou militares. Em efeito, estes grupos ilegais, para confrontar as autoridades, se abastecem com armas, compram sistemas de comunicação e de transportes sofisticados e onerosos (aviões, submarinos ou redes de satélites), oferecendo assim uma importante saída aos produtos dos CMI. Por outra parte, estes CMI fazem circular outro tanto de sua produção através da “ajuda” militar que impõem diferentes governos do Norte aos países do Sul global, aos quais pressionam para que entrem em guerra contra as drogas, a migração ou o “terrorismo”.

## **Conclusão:**

Assim pois, as numerosas investigações realizadas desde uma perspectiva de gênero, e sobre todo a partir de uma perspectiva de imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe, permitem uma compreensão mais profunda da mundialização. Elas questionam insistentemente a teoria econômica dominante e sua separação arbitrária e ideológica entre o trabalho considerado produtivo e o trabalho considerado como reprodutivo. É importante seguir aprofundando este antigo questionamento feminista à disciplina econômica, que parece hoje mais válido do que nunca. As pesquisas também destacam que uma das dinâmicas centrais da mundialização neoliberal é estruturada em torno da reorganização da reprodução social, bem como em torno dos complexos militar-midiático-industriais. Isso constitui uma segunda pista a seguir: a necessidade de trabalhar a simultaneidade das transformações nos dois campos e de outorgar mais importância às análises feministas do complexo militar-industrial. Finalmente, se observamos a situação desde uma perspectiva histórica, podemos oferecer a hipótese de



que assistimos atualmente a uma nova fase de acumulação primitiva (Federici, 2014 [2004]) graças ao endurecimento simultâneo das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Sem dúvida, esta terceira pista pode lançar luzes teóricas de vital importância sobre o desenvolvimento da globalização e as alternativas que podemos opor-lhe.

## Referências Bibliográficas:

ATTAC. *Quand les femmes se heurtent à la mondialisation*. Paris: Mille et une nuits, 2003.

BISILLIAT, J. (dir.). *Regards de femmes sur la globalisation. Approches critiques*. Paris: Karthala, 2003.

Combahee River Collective. Black Feminist Statement. In: EISENSTEIN, Z. (org.) *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Monthly Review Press, 1979. Disponível em francês em: <http://cedref.revues.org/415>

DAVIS, A. *La prison est-elle obsolète?* Paris: Le Diable Vauvert, 2014.

DELPHY, C. Une guerre pour les femmes afghanes? *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 21, n°1, 2002. p. 98-109.

DENEULT, A., ABADIE, D.; SACHER, W. *Noir Canada. Pillage, corruption et criminalité en Afrique*. Montréal: Ecosociété: 2008.

DEVINEAU, J., Vasquez, P., Bataillon, G. *Rapport final du projet Vivemex: Gestion politique des violences au Venezuela et au Mexique*. Rapport remis au Conseil Supérieur de la Formation et de la Recherche stratégique le 12 novembre 2013. 2013.

EISENSTEIN, Z. W pour Women? Réflexions sur le féminisme. In: Falquet, J. et al. *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2010. p. 185-198.

EISENSTEIN, Z. La guerre de/contre la terreur. In: Falquet, J. et al. *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2010. p. 185-198.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. (orgs.) *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, New York, Metropolitan Books, 2003.

ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases: Making Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 1989.

ENLOE, C. *Maneuvers: the International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley and London: University of California Press, 2000.

FALQUET, J. et al. (orgs.) *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2010.

FALQUET, J. Lesbiennes migrantes, entre hétéro-circulation et recompositions néolibérales du nationalisme. In: Cossée C. et al. (orgs.) *Le genre au cœur des migrations*. Paris: Petra, 2012. p. 123-147.

FALQUET, J. *De gré ou de force. Les femmes dans la mondialisation*. Paris: La Dispute, 2008.

FALQUET, J. Hommes en armes et femmes “de service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle et internationale du travail. *Cahiers du Genre*, n° 40. 2006. p. 15-38.

FEDERICI, S. War, globalization and reproduction. In: V. Bennholdt-Thomsen; N. Faraclas y C. von Werlhof (orgs) *There is an Alternative: Subsistence and Worldwide Resistance to Corporate Globalization*. Victoria: Spinifex Press, 2001. Disponível em: <http://libcom.org/library/war-globalisation-reproduction-silvia-federici>

FEDERICI, S. *Caliban et la sorcière. Femmes, corps et accumulation primitive*. Marseille: Senonevero, Genève – Paris: Entremonde, 2014 [2004].

NAKANO GLENN, E. De la servitude au travail de service: les continuités historiques de la division raciale du travail reproductif payé. In: E. Dorlin (org.) *Sexe, race, classe. Pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009 [1992]. p. 21-70.

HIRATA, H.; LE DOARE, H. (orgs.) *Les Cahiers du GEDISST*, n°21. Les paradoxes de la mondialisation. Paris: L’Harmattan, 1998.

KERGOAT, D. “*Se battre*”, disent-elles... Paris: La Dispute, 2012.

KOFMAN, E. et al. (orgs.) *Gender and International Migration in Europe: Employment, Welfare and Politics*. London: Routledge, 2001.

LUXEMBOURG, R. *Crise de la social-démocratie* (“Brochure de Junius”), 1915.

MATHIEU, N.C. *L’anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991.

MICHEL, A. *Féminisme et antimilitarisme*. Paris: iXe, 2013 [1985].

MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*. London: Zed Books, 1986.

MOUJOURD, N. Effets de la migration sur les femmes et les rapports sociaux de sexe: au-delà des visions binaires. In: J. Falquet et al. (orgs.), *Femmes, genre, migrations et mondialisation: un état des problématiques*, *Cahiers du CEDREF*, n°16, 2008. p. 57-80.

MOUJOURD, N.; Falquet, J. Cent ans de sollicitude en France. Domesticité, reproduction sociale, migration et histoire coloniale. *Agone*, n°43, Comment le genre trouble la classe, 2010, p. 169-195.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, N. J: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. Mondialisation et géographie globale du travail. In: J. Falquet et al. (orgs.) *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2010. p. 27-41.

TABET, P. *La grande arnaque. Sexualité des femmes et échange économique-sexuel*. Paris: L’Harmattan, 2004.

TALAHITE, F. Genre, marché du travail et mondialisation. In: Falquet et al., *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Les

Presses de Sciences Po, 2010. p 43-56.

TRONTO, J. *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009 [1993].

WALBY, S. *Theorizing Patriarchy*. Oxford, Cambridge, Blackwell, 1990.

WALBY, S. *Gender Transformations*. London: Routledge, 1997.

WICHTERICH, C. *La femme mondialisée*. Paris: Solin, Actes Sud, 1999.